



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

01/08/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	3 - 4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	5
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	6 - 7
4.2. JUÍZES.....	8

TJMA define implantação do Processo Judicial eletrônico

O Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), por meio da Portaria 525/2014, assinada pela presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, definiu o cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para 2014, no âmbito da jurisdição de 1º grau.

Conforme a Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CN), a implantação está prevista para iniciar no dia 24 de setembro, na Turma Recursal de São Luís, e nos 1º, 2º e 3º Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís, encerrando em 24 de novembro, na Turma Recursal e Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas, e na Turma Recursal de Chapadinha, totalizando 36 unidades jurisdicionais.

A tramitação do processo judicial, a prática de atos processuais e sua representação por meio eletrônico serão realizadas obrigatoriamente por intermédio do Processo Eletrônico (PJe), inicialmente com as competências de natureza cível.

Nas mencionadas unidades jurisdicionais, haverá migração dos processos que tramitam no sistema PROJUDI para o PJe, tão logo o Conselho Nacional de Justiça disponibilize a aplicação informatizada testada e

homologada para a transferência integral do conteúdo desses autos digitais.

No âmbito do Poder Judiciário do Estado, o projeto é gerido por um comitê de Implantação, sob a coordenação geral do juiz Roberto Abreu com o apoio tecnológico da Diretoria de Informática.

“A implantação do PJe foi iniciada no Juizado Especial da Fazenda Pública, no mês de outubro de 2013. A meta é concluir a instalação nos demais órgãos de 1º e 2º graus até o mês de dezembro de 2017, com a substituição do suporte físico pelo meio eletrônico, de modo a usufruir de todos os benefícios decorrentes da utilização dessa tecnologia”, informa o juiz Roberto Abreu.

De acordo com o diretor de Informática do TJMA, Jorge Henrique Oliveira, para acompanhar esse desafio, o Judiciário maranhense fará grandes investimentos em tecnologia até 2017. “Os investimentos incluem a ampliação do Datacenter e dos links de internet que interligam cada unidade ao servidor principal, além da aquisição de novos equipamentos, treinamento de magistrados e servidores, reformas e aparelhamento de unidades judiciais no interior do Estado”, explica.

Turmas Recursais do TJMA diminuem tempo de julgamentos

As Turmas Recursais – órgãos do Tribunal de Justiça do Maranhão que julgam recursos em processos de juizados especiais – diminuíram consideravelmente o tempo para julgamento dos recursos.

As Turmas foram reestruturadas por meio da Resolução nº 56/2012, com o fim de diminuir o acúmulo e processos nas comarcas de São Luís e Imperatriz, com a criação de seis novas unidades (Bacabal, Balsas, Chapadinha, Caxias, Presiden-

te Dutra e Pinheiro) e a reformulação a Turma Recursal de São Luís, que passou a funcionar com juízes em regime de dedicação exclusiva.

A nova estruturação com juízes exclusivos permite um equilíbrio entre a quantidade de processos recebidos e a de julgados. Há hoje uma efetiva diminuição no tempo de julgamento dos recursos e o fim do envio de processos das comarcas do interior para São Luís.

Turmas Recursais do TJMA diminuem tempo de julgamentos

PÁGINA 3

Turmas Recursais do TJMA diminuem tempo de julgamentos

As Turmas Recursais – órgãos do Tribunal de Justiça do Maranhão que julgam recursos em processos de juizados especiais – diminuíram consideravelmente o tempo para julgamento dos recursos.

As Turmas foram reestruturadas por meio da Resolução nº 56/2012, com o fim de diminuir o acúmulo e processos nas comarcas de São Luís e Imperatriz, com a criação de seis novas unidades (Bacabal, Balsas, Chapadinha, Caxias, Presidente Dutra e Pinheiro) e a reformulação a Turma Recursal de São Luís, que passou a funcio-

nar com juízes em regime de dedicação exclusiva.

A nova estruturação com juízes exclusivos permite um equilíbrio entre a quantidade de processos recebidos e a de julgados. Há hoje uma efetiva diminuição no tempo de julgamento dos recursos e o fim do envio de processos das comarcas do interior para São Luís.

Com as turmas, os recursos que aguardavam anos estão sendo solucionados em um ou dois meses, garantindo a efetividade da Lei 9.099/95, que foi criada para dar celeridade aos processos dos juizados especiais.

Projetos sociais de magistrados aproximam a Justiça da sociedade

O Poder Judiciário mostra que está em sintonia com os novos tempos, especialmente pelo trabalho realizado por meio de ações como o *Casamento Comunitário*, *Justiça nos Bairros*, *Caminho Suave Para a Cidadania* e *Reconhecer é Amar*

A atuação do Poder Judiciário do Maranhão, mediante seus magistrados, onde se incluem juízes e desembargadores, tem se destacado pelo empreendedorismo de iniciativas voltadas para a promoção da cidadania.

Mesmo apresentando pequeno déficit de juízes, o que deverá ser solucionado com a conclusão do concurso em andamento, os magistrados que hoje compõem o quadro da Justiça estadual têm se destacado pelo compromisso com o interesse público.

Sem prejuízo da função julgadora, os magistrados estão dividindo o tempo com o desenvolvimento de projetos de alcance social em municípios maranhenses, um trabalho que tem promovido a paz e a justiça social e está contribuindo para o progresso das comunidades onde atuam.

Para a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a sociedade passou a acreditar mais no Judiciário.

"Não há dúvidas de que o cidadão tem confiança na Justiça, instância onde busca garantir o seu direito. Somado a essa crença, estamos vivendo um momento em que a sociedade tem recorrido também aos projetos sociais que o Judiciário oferece e isso garante o pleno exercício da cidadania. Todo esse trabalho só é possível graças ao empenho de magistrados compro-

metidos com a causa pública", ressaltou a corregedora-geral.

Em todo o estado, juízes têm realizado ações sociais que levam informação, qualificação e cidadania a milhares de pessoas.

Com a ajuda de parceiros, escolas se transformam em espaços para palestras e ações de capacitação, enquanto praças e logradouros públicos viram espaços para atendimentos de saúde, emissão de documentos, atendimento jurídico, entre outros serviços.

Exemplo desse tipo de ação é o projeto *Justiça nos Bairros*, lançado no mês de abril em Imperatriz, na Região Tocantina.

Passagem Franca - Em Passagem Franca, o juiz Davi Menezes tem colocado as crianças e adolescentes para sua o kimono. Com base na disciplina que o judô proporciona, resultados positivos já foram alcançados com o projeto esportivo *Caminho Suave Para a Cidadania*.

A iniciativa atende 70 alunos e foi destaque no último regional do campeonato brasileiro, quando três judocas do projeto foram medalhistas.

Outro projeto que tem assegurado direitos da população maranhense é o *Casamento Comunitário*, que desde 2009 já promoveu a união gratuita de mais de 50 mil casais de baixa renda em todo o Maranhão.

Somente este ano, já foram celebrados mais de mil casa-

mentos e outros 990 casais já estão confirmados para dizer o sim no dia 9 deste mês, no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís.

Também encontram-se à disposição dos cidadãos serviços como Unidade Móvel de Trânsito, que presta imediato atendimento nos casos de acidentes sem morte. O serviço dispõe de uma equipe com perito e conciliador e está disponível em dias úteis, das 8h às 18h, pelos telefones 3249-0002 e 8878-3003.

DNA - Com recursos próprios, o Judiciário maranhense mantém em funcionamento no Fórum de São Luís um laboratório de DNA, que dá suporte às ações de reconhecimento e indicação de paternidade.

Conta ainda com uma Casa Abrigo e uma Casa da Criança, espaços que oferecem abrigo a mulheres e crianças vítimas de violência e maus-tratos. Na casa, as mulheres recebem atendimento e são qualificadas em cursos profissionalizantes.

Com forte investimento na cultura de paz, os centros de conciliação hoje realizam importante trabalho de prevenção e solução de conflitos entre cidadãos, bem como entre estes e empresas privadas a exemplo das prestadoras de serviços.

Mais

O cidadão maranhense ainda conta com o serviço de informação *Telejudiciário*, podendo ligar gratuitamente para 0800 707 1581 e obter informações sobre o funcionamento dos serviços da Justiça.



Adolescentes participam do projeto esportivo *Caminho Suave Para a Cidadania*



Casamento Comunitário, projeto desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça

Turmas Recursais do TJMA diminuem tempo de julgamentos

As Turmas Recursais – órgãos do Tribunal de Justiça do Maranhão que julgam recursos em processos de juizados especiais – diminuíram consideravelmente o tempo para julgamento dos recursos.

As Turmas foram reestruturadas por meio da Resolução nº 56/2012, com o fim de diminuir o acúmulo e processos nas comarcas de São Luís e Imperatriz, com a criação de seis novas unidades (Bacabal, Balsas, Chapadinha, Caxias, Presidente Dutra e Pimenteiro) e a reformulação a Turma Recursal de São Luís, que passou a funcionar com juízes em regime de dedicação exclusiva.

A nova estruturação com juízes exclusivos permite um equilíbrio entre a quantidade de processos recebidos e a de julgados. Há hoje uma efetiva diminuição no tempo de julgamento dos recursos e o fim do envio de processos das comarcas do interior para São Luís.

Com as turmas, os recursos que aguardavam anos estão sendo solucionados em um ou dois meses, garantindo a efetividade da Lei 9.099/95, que foi criada para dar celeridade aos processos dos juizados especiais.

TJMA define implantação do Processo Judicial eletrônico

O Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), por meio da Portaria 525/2014, assinada pela presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, definiu o cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para 2014, no âmbito da jurisdição de 1º grau.

Conforme a Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CN), a implantação está prevista para iniciar no dia 24 de setembro, na Turma Recursal de São Luís, e nos 1º, 2º e 3º Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís, encerrando em 24 de novembro, na Turma Recursal e Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas, e na Turma Recursal de Chapadinha, totalizando 36 unidades jurisdicionais.

A tramitação do processo judicial, a prática de atos processuais e sua representação por meio eletrônico serão realizadas obrigatoriamente por intermédio do Processo Eletrônico (PJe), inicialmente com as com-

petências de natureza cível.

Nas mencionadas unidades jurisdicionais, haverá migração dos processos que tramitam no sistema PROJUDI para o PJe, tão logo o Conselho Nacional de Justiça disponibilize a aplicação informatizada testada e homologada para a transferência integral do conteúdo desses autos digitais.

No âmbito do Poder Judiciário do Estado, o projeto é gerido por um comitê de Implantação, sob a coordenação geral do juiz Roberto Abreu com o apoio tecnológico da Diretoria de Informática.

“A implantação do PJe foi iniciada no Juizado Especial da Fazenda Pública, no mês de outubro de 2013. A meta é concluir a instalação nos demais órgãos de 1º e 2º graus até o mês de dezembro de 2017, com a substituição do suporte físico pelo meio eletrônico, de modo a usufruir de todos os benefícios decorrentes da utilização dessa tecnologia”, informa o juiz Roberto Abreu.

De acordo com o diretor

de Informática do TJMA, Jorge Henrique Oliveira, para acompanhar esse desafio, o Judiciário maranhense fará grandes investimentos em tecnologia até 2017. “Os investimentos incluem a ampliação do Datacenter e dos links de internet que interligam cada unidade ao servidor principal, além da aquisição de novos equipamentos, treinamento de magistrados e servidores, reformas e aparelhamento de unidades judiciais no interior do Estado”, explica.

O Processo Judicial Eletrônico é um sistema desenvolvido para a automação do Judiciário. O objetivo principal é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar e na Justiça do Trabalho. Em nível nacional, ele é coordenado pelo CNJ, sendo atualmente o maior projeto do Poder Judiciário.

PORTO FRANCO

Garantida nomeação de aprovados em concurso

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu liminar em Ação Civil Pública para determinar que o Município de Porto Franco, no prazo de 30 dias a contar da intimação, promova a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público de 2012. A decisão, datada do dia 22 de julho, prevê ainda a exoneração dos servidores contratados de forma irregular e que estejam ocupando os cargos a serem preenchidos pelos aprovados no certame.

Em caso de descumprimento da decisão, o prefeito do município Aderson Marinho Filho poderá arcar com multa diária no valor de R\$ 2 mil por servidor contratado irregularmente, além de ser responsabilizado por crime de desobediência à ordem judicial, de autoria do juiz Antonio Donizete Aranha Baleeiro, da 1ª Vara da Comarca de Porto Franco.

A medida determina, ainda, que a Prefeitura de Porto Franco também faça a nomeação dos aprovados no concurso dentro do número de vagas previstas mesmo para os cargos em que não

existam servidores nomeados ou contratados de maneira precária. São os cargos de agente administrativo, agente fiscal de arrecadação de tributos municipais, assistente técnico em Serviço Social, auxiliar de Contabilidade, fiscal de obras, arquiteto, cientista social, enfermeiro – auditor em serviços da saúde, engenheiro agrônomo, médico veterinário e tecnólogo (Radiologia).

Na ação civil, a promotora de justiça Ana Cláudia Cruz dos Anjos esclareceu que já havia encaminhado Recomendação ao município de Porto Franco, em 3 de junho de 2014, para a nomeação dos aprovados no concurso, sem que fosse adotada nenhuma providência.

A representante do Ministério Público acrescentou que a própria Prefeitura havia confirmado a existência de mais de 200 servidores contratados somente para a Secretaria de Educação, sendo a maioria professores, além do grande número dos que estão lotados no Hospital Municipal de Porto Franco, como enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes administrativos.